

A Bacia das Almas

15 OUT 1995
JOSE SARNEY

O Congresso, já se disse muitas vezes, é o poder desarraigado e mal-amado. Com o desenvolvimento das comunicações e a concorrência que com ele disputa a mídia, que deseja ser a representante da opinião pública, a coisa piorou. Há uma crise de identidade em que está mergulhada a instituição parlamentar no mundo inteiro. As pesquisas de opinião pública ficam encarregadas de aumentar o seu desprestígio, uma vez que periodicamente lhe retiram ou lhe atribuem legitimidade. A última, publicada recentemente, chega a ter um elevado número de pessoas que julgam o Congresso desnecessário. Acontece que o Congresso é o coração da democracia, e sem Congresso forte não existem instituições fortes.

Agora, mais uma vez, recrudescer a campanha contra a instituição, pautada em quase todos os meios de comunicação, alegando que o ritmo de trabalho diminuiu no segundo semestre. Nada menos verdadeiro. O ritmo de trabalho continua o mesmo e até mais intenso. Temos tido sessões varando a noite, o planejamento das matérias, colocadas em pauta com antecedência de 15 dias, o que tem melhorado significativamente a qualidade do trabalho legislativo. Todos os projetos são esmiuçados, discutidos e aperfeiçoados. Não temos nenhuma proposição atrasada e, até mesmo, durante algumas semanas não tivemos matéria para a Ordem do Dia, tão eficiente tem sido o trabalho da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Acontece que se estabeleceu uma cultura antidemocrática e solerte, segundo a qual o Congresso é feito somente para aprovar. Se ele discute, se ele emenda, se ele rejeita, diz-se logo que está sabotando. Enfim, a imagem que se tem e o ideal que se deseja é o do anti-Congresso, isto é, uma instituição que deve existir sem existir e sem funcionar como devem funcionar todos os parlamentos: fiscalizando, controlando e acompanhando toda a atividade do Executivo, ao mesmo tempo que se constitui numa caixa de ressonância de todas as aspirações do povo. Muito contribuiu para essa visão esse conceito de urgência que passou a vigorar. Tudo é urgente e, assim, não deve ser examinado, só aprovado, sem exame, sem qualquer aprofundamento do estudo da matéria. Por outro lado, as medidas provisórias, estabelecidas pela "Constituição Cidadã", liquidaram com a tarefa legislativa, que passou a ser mais do Executivo. Lembro-me do senador Paulo Brossard, numa série de discursos, condenando o presidente Geisel e chamando-o de imperador, porque, no regime de exceção, assinou solitariamente uma reforma judiciária. E agora? Uma só assinatura mexe com direito civil, penal, processual, constitucional — modificando leis complementares — em pleno Estado de direito, que de direito passa a ter como intocável só o direito canônico.

Nesse vendaval, o Congresso é a caixa de pancada a encher vazios de notícias. Na verdade, o que ocorre é que se criou uma expectativa em torno das reformas econômicas, que não se realizaram. Todos acreditavam que, depois de votadas as emendas constitucionais, num ritmo frenético, viriam imediatamente as leis que dariam consequência às ditas reformas. Simplesmente isso não ocorreu. Nenhuma mensagem remetendo regulamentação das leis, até o momento, chegou ao Congresso. As reformas que estão tramitando na Câmara — da Previdência, administrativa, tributária e Fundo de Emergência — estão dentro dos prazos mínimos estabelecidos pelo regimento e recebem, sem nenhuma demora, pareceres e cumprem os interstícios para serem examinadas pelo plenário.

O Congresso votou em agosto e setembro a Lei Orgânica dos Partidos, a Lei das Eleições de 96, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a importante Lei dos Bens Sensíveis, destinada a dar ao Governo instrumento de participação na política mundial de vetores de armas nucleares e químicas. Votou a lei de recompra antecipada dos títulos da dívida, tão importante para o país, todos os créditos especiais pedidos pelo Governo para o normal funcionamento da administração, a nova configuração da Comissão de Orçamento, já instalada e examinando o Plano Plurianual, e a Lei de Meios, e nenhum obstáculo criou a qualquer ação governamental. Aprovou nas comissões 180 projetos, e só no Senado estão também, em fase final de apreciação, o Código de Mineração, o de Trânsito, a Lei de Patentes, e apreciou em plenário 110 matérias. São números, resultados, trabalho. Colaborou em tudo, oferecendo ao presidente da República respaldo para dar ao exterior a imagem de estabilidade e governabilidade de que o país desfruta e o trunfo que ele ostenta de apoio firme e patriótico do Legislativo.

Não sei, portanto, a que atribuir que o Congresso está num ritmo menor, se estamos trabalhando com grande celeridade. O que não é possível é querer-se um Congresso calado, arrolhado, subserviente, amorfo, que só tocaria as trombetas do amém.

Uma verdade, contudo, existe. É mais uma herança maldita da Constituição. Criou-se no Brasil o hábito de pressionar o Congresso, achando que ali se resolvem todos os problemas de todos, e mais os do país. Por dia, milhares e milhares de pessoas ali passam, pedindo, exigindo, protestando, falando como se naquela Casa existisse a solução mágica para os males nacionais. Uma espécie de Bacia das Almas, aquele lugar solitário, onde, nas igrejas velhas e escuras, se encontra aquela caixa dos pedidos de graças e milagres para todas as desgraças.

Não há dia em que no Congresso não se ouça um ministro, um diretor de repartição, um representante de entidade patronal ou de trabalhadores e dezenas de cidadãos, todos prestando informações e pedindo uma providência do Legislativo. Outro dia, uma senhora que foi abandonada pelo marido, alegando que ele tinha ido para um garimpo de Roraima, foi ao meu gabinete pedir providências do Congresso e uma lei para as mulheres dos garimpeiros, que ela julgava perseguidos pela criação de reservas indígenas, porque devido a isso eles não mandavam dinheiro e não voltavam para casa. Disse-lhe que era impossível. Ela esbravejou e praguejou: "Só fechando isto aqui, porque os senhores não trabalham..."

Outro pedinte que me causou espécie foi uma associação de ex-vereadores, que veio em comissão pedir uma lei de assistência médica e financeira, além de viagem grátis de ônibus a todos que tinham exercido mandatos municipais.

Falava-se, outrora, que um governador de São Paulo pediu aos seus secretários providências contra o aumento de preço da carne. Eles responderam que isso se dava "graças à lei da oferta e da procura". Ele retrucou colérico: "E por que não se revoga essa lei?"

É assim que está a sorte do Congresso: não aumenta os dias de carnaval, não vota a lei que cria fábricas e empregos, não revoga a inflação e ainda mais os deputados e senadores vivem viajando para Brasília e para os seus estados, visitando eleitores e estudando projetos, coisas sem importância.

O meu medo maior é que, no próximo ano, se não tivermos boa safra e não chover bastante para ajudar a plantação, a culpa será do Congresso.

E haja malhação!

José Sarney é presidente do Senado Federal.

O GLOBO